

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES - C.H.

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA - D.S.A.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIENCIAS SOCIAIS

O PAPEL POLITICO DA MULHER NAS OCUPAÇÕES  
DE TERRENO NA PERIFERIA DE CAMPINA GRANDE:  
*O COTIDIANO DE UMA CIDADANIA EM PROCESSO*

*Silvia Corado do Amaral*

Campina Grande - Pb.  
SET\1994

**O papel político da mulher nas ocupações de terreno na  
periferia de Campina Grande:**

*O cotidiano de uma cidadania em processo*

Projeto de Pesquisa requerido como  
pré-requisito para conclusão da dis-  
ciplina Estágio Supervisionado I e  
conclusão do curso de graduação em  
Ciências Sociais - UFPB.

ORIENTANDA: *Silvia Corado do Amaral*

ORIENTADORA: *Deolinda Maria de Souza Ramalho*

Campina Grande - Pb.

SET\1994



Biblioteca Setorial do CDSA. Abril de 2021.

Sumé - PB

## S U M A R I O

|  |    |
|--|----|
| I - APRESENTAÇÃO. . . . .                                | 01 |
| II - INTRODUÇÃO. . . . .                                 | 02 |
| III - JUSTIFICATIVA DO TEMA . . . . .                    | 04 |
| IV - SITUANDO O TEMA E PROBLEMATIZANDO O OBJETO. . . . . | 06 |
| V - OBJETIVOS DA PESQUISA . . . . .                      | 15 |
| VI - FUNDAMENTAÇÃO TEORICA . . . . .                     | 16 |
| VII - OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA . . . . .            | 20 |
| VIII - BIBLIOGRAFIA . . . . .                            | 21 |

## I - A P R E S E N T A Ç Ã O

Este trabalho tem como objetivo fundamental responder a uma série de questionamentos acerca do engajamento político da mulher nos movimentos de ocupação de terreno na periferia de Campina Grande.

Trata-se de relacionar moradia, cidadania e gênero, no sentido de buscar explicações para o posicionamento da mulher que se engaja nesses movimentos, situando tal engajamento dentro de um contexto cultural mais amplo.

É um trabalho que se insere nos limites das exigências do Estágio Supervisionado I, do Curso de Ciências Sociais, constituindo, portanto, num primeiro ensaio no exercício da pesquisa.

## II - INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento inspirado pelo capitalismo no Brasil, tem trazido uma série de consequências sociais desastrosas principalmente para a maioria da população e, ao mesmo tempo, provocado criativas buscas de solução.

Dentre os inúmeros problemas gerados no campo da urbanização implementada aqui segundo os moldes capitalistas, o aumento das favelas e cortiços constitui um fenômeno dos mais agravantes, afetando uma enorme camada da população considerada excluída dos benefícios do sistema, fazendo com que esta se organize e busque soluções.

Estes movimentos se dão principalmente após 74, onde a conjuntura política do país favorece o surgimento de significantes alterações nas regras do jogo dominante. O controle social das autoridades estatais terá que ceder devido a pressões dos grupos da sociedade civil, que passaram a se organizar e a pressionar em defesa de seus direitos.

Campina Grande, cidade de porte médio do Nordeste Brasileiro, não foge à regra das demais cidades de outras regiões onde se vê crescer e se avolumar assustadoramente o problema da moradia com todas as implicações que este acarreta para a população.

Em face desse fenômeno, percebe-se também, nesta cidade, o surgimento de movimentos de ocupação cujos integrantes, inconformados com a condição de excluídos, se organizam e se empenham na luta pela conquista da casa própria. Aí a presença da mulher

tem sido significativamente marcante. Seriam estas lutas uma forma de afirmação da dignidade humana e garantia dos direitos de cidadania por parte dos que nelas se engajam? Como as mulheres das classes populares entram nesta problemática?

Com estas inquietações, buscaremos descobrir neste trabalho o papel político da mulher nos grupos ou organizações que se empenham na conquista de um espaço para construção de moradia e em que medida sua presença contribui para imprimir uma "cara nova" aos movimentos sociais do ponto de vista do gênero. Vale salientar que esta luta não se enquadra entre aquelas que dizem respeito a questões específicas da mulher, "lutas feministas", (embora algumas vezes possa evoluir para questões feministas), mas a questões gerais da sociedade que dizem respeito a obrigações que são, além de outros membros da família, também do Estado.

### III - J U S T I F I C A T I V A   D O   T E M A

O agravamento da situação de pobreza e até de miséria da periferia de Campina Grande é algo que se faz sentir em todos os aspectos da vida dessa população, destacando-se aí a grande questão da moradia.

Na luta pela conquista desse direito fundamental, empreendida por grupos ou movimentos sociais das periferias dessa cidade, a presença da mulher tem sido significativamente marcante, alterando comportamentos que merecem ser investigados.

Considerando-se que esse problema se insere no âmbito da política, exigindo, portanto, soluções que envolvem organização, decisão e liderança é que nos propomos a investigar o papel político da mulher e de que forma ela imprime nestas organizações uma marca específica no tocante ao gênero.

A nível teórico, esta pesquisa poderá contribuir para enriquecer a reflexão que se vem aprofundando acerca da mulher no sentido de identificar o seu potencial transformador, chamando a atenção para a especificidade do gênero em função de uma nova cultura política construída a partir das relações que se estabelecem desde a chamada esfera privada até o espaço notadamente público.

Uma outra razão de ordem teórica que justifica este trabalho, é que ele poderá também servir para ampliar o número de estudos acerca de mulher e política uma vez que se trata de um tema com escassa bibliografia.

Em termos práticos, os resultados desta pesquisa poderão fortalecer os grupos populares interessados em ampliar o seu de-



bate acerca da luta política e, conseqüentemente, fortalecer sua prática a começar das necessidades que se impõem no cotidiano até iniciativas em nível mais amplo, atentando para a necessidade de mudanças estruturais urgentes nas quais a presença da mulher é imprescindível.

#### IV - S I T U A N D O   O   T E M A   E P R O B L E M A T I Z A N D O   O   O B J E T O

Campina Grande, denominada "Rainha da Borborema", é uma cidade de porte médio e fica localizada na região do agreste paraibano. Possui uma área urbana de 411 Km<sup>2</sup> e uma população estimada em 307.271 habitantes dos quais 143.479 são homens e 163.792 mulheres, de acordo com o último censo demográfico do IBGE, realizado no ano de 1991.

Como as demais cidades do País, Campina Grande também passa por um processo de urbanização rápido e crescente. Notadamente, a partir dos anos 40, com a implantação de algumas indústrias e com o avanço do setor de comércio, a cidade cresceu e se desenvolveu, chegando a atingir entre 92 municípios do nordeste nos anos 50 - 60 o 4º lugar em população e produção industrial de acordo com avaliação feita pela SUDENE (Cf. SILVA, 1987: Pag. 52).

A política desenvolvimentista, adotada pelo governo brasileiro como proposta de redenção para o Nordeste, também se estendeu até Campina Grande, implantando nos anos 60 - 70 o Distrito Industrial. Este fenômeno, somado ao desenvolvimento de outros setores importantes como o setor de comércio, o setor de saúde, o setor de educação e outros serviços, tornaram esta cidade um pólo regional capaz de atrair fortes correntes migratórias, provenientes da região e até de outros Estados da Federação.

Ao lado disso, a violência do latifúndio, o fenômeno da seca, o abandono político, o aumento crescente da miséria,...

expulsam o homem do campo, empurrando-o em direção à cidade.

De acordo com Paul Singer, 1979, no campo, dois fatores são fundamentais para explicar a expulsão da população que se vê obrigada a migrar.

O primeiro decorre da estagnação das forças produtivas e o segundo da modernização destas mesmas forças uma vez que os setores que se modernizam normalmente não são os ligados à produção de subsistência.

Assim, a cada ano, registra-se um aumento assustador da população urbana, caracterizando o chamado fenômeno da "inchação" das grandes cidades. "Em Campina Grande, (...) a população passou de 47.446 habitantes em 1940, para 225.887 habitantes em 1980, representando um crescimento da ordem de 376%" (SILVA, 1987:57). EM 1991 a população é de 307.271 habitantes, apresentando um crescimento de 36% em apenas uma década.

Ao lado desse crescimento populacional, coloca-se o problema da concentração do solo urbano. Dos 411 km<sup>2</sup> que mede a área urbana de Campina Grande, 32% pertencem a 20 pessoas (cf Teimosia Popular - Cartilha CENTRAC).

Este dado ilustra o modelo concentrador de terra característica do sistema capitalista, decorrendo daí uma enorme especulação imobiliária com consequências sociais seríssimas.

Dentro desse quadro de urbanização sem planejamento que se verifica em Campina Grande, uma das consequências é o agravamento crescente da crise de moradia, desencadeando a proliferação de cortiços e favelas construídos pela população dos "sem casa".

De acordo com a SEPLAN (Secretaria de Planejamento do

Município), Campina Grande possui hoje um total de 26 favelas, 14.883 residências e 71.912 habitantes. O déficit quantitativo (número de famílias menos número de domicílios) foi de 9.416 ou 11,76% e o qualitativo (a soma o número de co-habitações e de casas rústicas) de 23.862 ou 33,6%.

Estes dados revelam que a questão da moradia em Campina Grande se agrava cada vez mais, desencadeando, ao mesmo tempo, um processo de luta pela conquista desse direito fundamental por parte da população sem casa.

Assim, nos últimos anos, registra-se nesta cidade um considerável número de ocupações de terreno, organizadas por iniciativa popular e entidades de apoio, chamando-nos a atenção e despertando o nosso interesse no sentido de buscar compreender o significado desses novos movimentos sociais e, dentro deles, o papel político da mulher enquanto sujeito de transformação social.

A mulher com a qual nos ocuparemos neste trabalho tem um perfil específico e muito concreto. Trata-se da mulher da classe popular, moradora das periferias da cidade, exposta a todo tipo de insegurança gerada pela condição de excluída de direitos fundamentais como é o caso da moradia.

Observando o cotidiano destas mulheres, percebe-se que elas estão muito presentes na vida do bairro e nos novos movimentos sociais. A começar das relações cotidianas que se dão de maneira informal, a mulher aparece como aquela que articula as outras companheiras e passa as informações do dia-a-dia. Nos movimentos sociais como Associações de moradores, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissões de saúde e tantos outros com atuação nos bairros de periferia, as mulheres estão registrando

uma significativa participação.

De acordo com Michelle Perrot, a rua para a mulher das classes populares "não é apenas um corredor de circulação, mas também um meio de vida. (...) A cidade sob seus passos é como a floresta de antigamente, onde ela recolhia feixes de lenha e tantos outros elementos para a subsistência." (PERROT, 1988: 221).

No caso específico das ocupações de terreno nas periferias de Campina Grande, o que leva a mulher a lançar-se na rua e engajar-se na luta por um direito tão fundamental que é a moradia?

Dentro de um contexto de modernidade no qual outros aspectos da vida ganham relevância como é o caso da emergência da subjetividade, que fatores contribuem para que a mulher da classe popular assuma a luta pela moradia, lançando-se na esfera pública de forma explícita e consciente? Teria o fator econômico influência determinante? Que outros elementos poderão contribuir para que estas mulheres se empenhem nesta luta e em que medida sua presença contribui para imprimir uma "cara nova" aos movimentos sociais do ponto de vista do gênero?

De acordo com Victor Carvalho Pinto, assessor da Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), "a coletivização das ocupações resultam de importantes mudanças na cultura política. Após longos anos de trabalho iniciado pelas Comunidades Eclesiais de Base e inspirado na Teologia da Libertação, parte significativa da população marginalizada tomou consciência de sua cidadania (...) A ocupação passou a ser entendida como o exercício de um direito, resultando da decisão consciente de não reconhecer a legitimidade de um direito de propriedade que permite a

ociosidade de terras (...), enquanto a maior parte da população não tem onde morar" (PINTO, 1993: 12).

Uma das características dos tempos de hoje é o desejo de participar. Nesse sentido, até que ponto a inserção das mulheres nos movimentos por moradia em Campina Grande representa uma forma de fazer política, uma forma de exercício do poder, contribuindo inclusive para a formação de uma nova cultura política?

As últimas análises acerca dos movimentos sociais têm enfatizado o "refluxo" ou a "crise" porque passa esta parcela do movimento organizado no Brasil, deixando transparecer um certo desencanto do ponto de vista da transformação das "velhas" estruturas e, conseqüentemente, inauguração de uma nova ordem. Com a complexificação sócio-político-econômica e cultural, verifica-se que estes movimentos têm se mostrado fracos e por isso, ineficientes enquanto sujeitos políticos cujo papel seria o de construir uma sociedade fundada nos valores mais fundamentais do homem, resultando daí numa sociedade democrática, solidária, emancipada.

É importante lembrar também que nestes estudos privilegiou-se o político entendido como o espaço explícito do poder, acreditando-se que uma mudança nesse nível implicaria por consequência, numa mudança nas outras esferas da vida social.

Ao participar das ocupações de terra para moradia, estaria a mulher reinventando novas práticas sociais e políticas, influenciando, portanto, na formação de uma nova cultura? Que lógica se esconde por trás da prática destas mulheres principalmente daquelas que exercem algum tipo de liderança? Estariam elas conscientes do alcance do seu papel político?

Nessa discussão, é preciso considerar que as lutas em

função de melhorias, de conquistas de direitos, de reivindicações em geral, ao longo da história não são específicas das mulheres. São iniciativas da sociedade civil através de movimentos os mais variados nos quais a presença da mulher se faz expressiva. É preciso considerar ainda a não linearidade dessa presença, atentando para as fases alternadas de "público" e "privado" de acordo com mudanças que ocorrem no próprio contexto histórico.

Para Rose <sup>1</sup>marie Muraro, 1992, as mulheres pobres, no decorrer da história, sempre têm participado de movimentos e lutas, demonstrando que sua inserção na esfera pública não é de hoje.

"Durante o período da Renascença as mulheres pobres tomaram parte em todas as revoltas camponesas e exerceram papel preponderante não só na Reforma Protestante como na guerra civil inglesa e em muitos levantes camponeses na Europa até o século XVIII. Por ocasião da Revolução Francesa, seu papel foi decisivo. Foram mulheres que tomaram a Bastilha, e uma enorme multidão enfileirada de mulheres esfomeadas avançou sobre Versalhes no ato que pôs fim à monarquia. A miséria do povo francês era incrível. (...) A ração de pão chegou a ser de 200g diárias por pessoa, antes da Revolução de 1789. E foram as mulheres que tomaram a iniciativa dos atos mais violentos, em defesa do pão para os seus filhos". (MURARO, 1992: 128)

Na Revolução Russa, as mulheres também foram à rua e, de acordo ainda com Muraro, "durante a luta, as mulheres serviram como soldados de infantaria e cavalaria, portaram metralhadoras e comandaram trens cheios de tropas. As mais pobres enfrentavam o exército sem armas". (MURARO, 1992: 166)

Na sociedade industrial, as mulheres trabalhavam nas fábricas e nas minas de carvão, participando dos mesmos riscos que

os homens e recebendo bem menos que eles.

No Brasil, a primeira luta organizada das mulheres foi a luta pelo voto chegando a garantir esse direito na Constituição de 1934.

Embora a população feminina tenha sido sempre superior à masculina, em 1974 o Tribunal Superior Eleitoral estimava em quase 12 milhões o número de eleitoras inscritas, enquanto os eleitores masculinos somavam 22 milhões. (Cf. BARROSO, 1982: 156). Como vemos, esses dados demonstram uma grande discriminação da mulher na esfera política partidária nesse período no Brasil.

A participação da mulher, aos poucos, foi tomando corpo também em outras instâncias e movimentos. Por ocasião do Ano Internacional da Mulher, em 1975, as mulheres principalmente do Rio e São Paulo tomaram a iniciativa de discutir seus problemas específicos, ampliando esse debate ao ponto de criar o Centro da Mulher Brasileira (CMB).

Ainda em 1975, com o apoio da Câmara Municipal de São Paulo, ONU, de Cúria Metropolitana e com a participação de Partidos Políticos, da Igreja, de entidades sindicais, intelectuais, etc, foi realizado em São Paulo o "Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista". Nasce então daí o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB) e depois o Movimento Feminino pela Anistia.

Verifica-se nessa época uma tomada de posição de forma consciente da parte das mulheres brasileiras apontando para uma significativa consciência de cidadania assim expressa no "Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia".

"Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossa responsabilidade de cidadãs no quadro po-



lítico nacional. Através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo as aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que forem atingidos pelos atos de exceção". (...) Brasil Mulher, (9/10/85: 8 - citado por BARROSO, 1982: 163).

A partir daí, muitos outros movimentos foram sendo criados como: o Movimento do Custo de Vida (MCV), em 1978, Movimento de Luta pela Creche, iniciado em São Paulo em 1973, mas ampliado em 1979. A partir de 1972 foram criados O Conselho da Condição Feminina em São Paulo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e comissões sindicais e políticas.

Em se tratando do mercado de trabalho a participação da mulher nesse campo torna-se bastante significativa a partir da década de 50 com o processo de industrialização e de urbanização que aqui se intensifica. Na década de 70 a absorção da mão-de-obra feminina chega a triplicar devido à queda do valor real dos salários que obrigou a mulher a contribuir pelo seu trabalho no orçamento da família.

Cresce, então, nessa época a participação da mulher no sindicato e, conseqüentemente, nas greves. "Pela primeira vez, nestes últimos anos, nós metarlúrgicas participamos da luta. Pela primeira vez, determinadas reivindicações específicas, como salário desigual, creches, discriminação nas fábricas, foram levantadas". (BARROSO, 1982: 161)

De acordo com a Central Unica dos Trabalhadores (CUT), em 1988 as mulheres somavam mais de um quarto do total de filiados nas centrais sindicais, mas em cargos de direção elas repre-

sentam apenas 10%.

E também a partir da década de 70 que surgem inúmeros movimentos sociais, hoje identificados como "novos", refletindo o caráter efervescente de uma sociedade controlada pelo regime militar.

Proliferam-se, então, novos grupos de jovens, comitês de Direitos Humanos, Movimentos de Sem-Terra, grupos ecológicos, CEBs, Associações de Mulheres, etc.

Nesses movimentos, a participação da mulher é marcada inicialmente por reivindicações no sentido de suprir carências básicas. Mesmo assim, eles constituem a formação de novos sujeitos com perspectivas de mudanças estruturais e de relações a começar pelo âmbito do próprio grupo.

Dentro do raio de abrangência, proposto neste trabalho, que características podem ser identificadas na prática da mulher engajada? Estaria tal prática reduzida à satisfação de necessidades apenas de ordem material? Que outros aspectos poderão estar também em jogo e em que direção eles apontam?

## V - O B J E T I V O S   D A   P E S Q U I S A

### *OBJETIVO GERAL:*

Como objetivo geral nós nos propomos detectar o papel político da mulher nas ocupações de terreno na periferia de Campina Grande, atentando para o específico que a mulher imprime nos movimentos sociais do ponto de vista do gênero.

### *OBJETIVOS ESPECIFICOS:*

- a) Identificar formas de participação da mulher nas decisões do movimento de ocupação de terreno em três áreas mais recentes.
- b) Analisar até que ponto a conquista da casa própria passa por uma consciência de "direito" e, portanto, de cidadania por parte daquela que se engaja nas ocupações.
- c) Identificar o específico do gênero nas relações e articulações do grupo ou movimento social em questão.

## VI - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROPOSTA METODOLÓGICA

A história da luta das mulheres tem seu início marcado por reivindicações específicas que visavam conquistar os mesmos direitos dados aos homens como o direito do "voto, da igualdade na educação e igualdade civil". (LOBO, 1991: 209)

"Na América Latina, a gênese dos movimentos é quase sempre ligada às experiências de repressão, desmobilização e privatização da vida social e política produzidas pelas ditaduras cujo processo de liberalização abriu pontos de rupturas ocupadas por reivindicações populares". (LOBO, 1991)

Ao longo da história, essa luta tem assumido diferentes matizes pela diversidade de movimentos e, conseqüentemente, pela variedade de práticas no campo da vida social e política.

De acordo ainda com Elizabeth Lobo, a luta dos novos movimentos sociais, hoje, não se limita a reivindicações imediatas e isoladas, "mas passa pela construção da noção do direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais". (LOBO, 1991: 221). A experiência da igualdade na carência comum faz emergir a consciência da cidadania cujo processo se desenvolve e se consolida na luta ou na participação ativa nos movimentos. O espaço público constitui, portanto, o palco onde o processo de cidadania evolui e se efetiva na prática.

Nesta perspectiva, a mulher aparece como um novo sujeito cujo potencial tem de ser descoberto e reconhecido no fazer coletivo, na prática social e política, na busca consciente de complementaridade e de afirmação da cidadania. Nessa dinâmica, é

possível que se imprima um jeito novo nos movimentos, onde a subjetividade tenha espaço e a democracia possa ser melhor exercida em função não apenas de resultados imediatos mas da formação do "novo homem" e da "nova mulher" e, conseqüentemente, de relações sociais baseadas na liberdade e na igualdade.

Nesse sentido, faz-se necessário buscar referências capazes de jogar luz sobre enfoques que poderão constituir em suporte teórico para a efetivação de novas práticas sociais.

De acordo com análises mais recentes, " o potencial transformador dos novos movimentos sociais não é político mas sócio-cultural " ( EVERS, 1984: 11ss ). Estes movimentos segundo este autor, escondem um outro jeito de fazer política, gerando também novos sujeitos.

É pois, dentro desta visão que pretendemos analisar o papel político da mulher que se insere nos movimentos de ocupação de terreno na periferia de Campina Grande.

Nessa perspectiva, a teoria gramsciana acerca do fortalecimento da sociedade civil através de grupos e instituições que se organizam com base numa contra-hegemonia também poderá ajudar a fundamentar este estudo. Para Gramsci, a efetivação de uma nova ordem fundada em valores democráticos e solidários não se dá apenas com a tomada do poder constituído. Ela deverá resultar de um processo através do qual se vá conquistando posições até conseguir ser hegemônico. O movimento social organizado e, dentro dele, a participação da mulher, poderá ser analisado também sob esse prisma, na tentativa de vislumbrar o seu alcance e, conseqüentemente, descobrir qual poderá ser sua contribuição do ponto de vista do gênero, para uma maior democratização e humanização da sociedade como um todo.

Nesta mesma linha de pensamento, torna-se fundamental a concepção de Michel Foucault acerca do poder e as consequências políticas delas decorrentes.

Para Foucault, o poder como tal não existe. Por isso não se pode dizer ei-lo aqui, ei-lo acolá, nem tão pouco possuí-lo. O poder é relação. Ele existe na medida em que é exercido. Neste sentido, Foucault privilegia o poder no seu aspecto "micro" e o entende como uma rede tecida através das relações sociais. Desse modo, o poder se encontra disseminado por todo o tecido social. Daí decorre que "nem o controle, nem a destruição do aparelho do Estado, como muitas vezes se pensa - embora talvez cada vez menos - é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais a rede de poderes que impera em uma sociedade". (FOUCAULT, 1984: XIII)

Em outras palavras, pode-se dizer que não se instaura uma nova ordem social consubstancialmente sólida realizando mudanças apenas ao nível de Estado. É preciso construir novas relações e, portanto, criar uma nova cultura que leve em conta o pluralismo e a democracia.

Sabendo-se que no cotidiano da prática social as esferas econômica, política e cultural se articulam continuamente, procuraremos analisar as questões aqui levantadas levando em conta a relação dialética presente nessa relação.

Para isso, lançaremos mão da categoria gênero entendida não de forma isolada mas no seu aspecto relacional, abrangendo, portanto, esferas que transcendem a condição feminina em si.

Um outro conceito que também será utilizado nesse estudo é o de cultura política tomado conforme a definição de Giacomo Sani. Para este autor, a expressão cultura política designa "o

conjunto de atitudes, normas, crenças mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos". (Dicionário Político, 1983: 306)

A estes soma-se ainda o conceito de cidadania como "qualidade ou estado de cidadão e cidadão como o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este". (Dicionário Aurélio)

## VII - OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Para atingir os objetivos aqui explicitados e responder o problema formulado nesse trabalho, examinaremos a participação da mulher em três ocupações ocorridas mais recentemente nas periferias de Campina Grande. Este trabalho será orientado para a observação da prática da mulher ocupante no que diz respeito a três elementos que consideramos fundamentais.

- a) A forma de participação da mulher;
- b) A consciência de cidadania que a mulher expressa no seu discurso e na sua prática;
- c) As relações que se dão no cotidiano da mulher no ato da ocupação. Elas contribuem para a formação de uma nova cultura política?

Partiremos de uma análise desses pontos, ampliando a reflexão com base nas contribuições teóricas já aludidas nesse trabalho e outras que também poderão contribuir e, evidentemente, na prática das mulheres que serão entrevistadas.

A observação será também um outro instrumento do qual lançaremos mão para ajudar na sistematização dos dados e no exercício da análise.

Procuraremos documentar o trabalho através de gravações, fotografias e registros com o objetivo de retratar com a maior fidelidade possível a realidade-alvo desse exercício científico.



## B I B L I O G R A F I A   C I T A D A

- . **BARROSO, Carmen.** MULHER, SOCIEDADE E ESTADO NO BRASIL, São Paulo. Ed. Brasiliense, 1982.
  
- . **EVERS, Tilman.** "IDENTIDADE: A FACE OCULTA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS", Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 2 (4) 11-23.
  
- . **FOUCAULT, Michel.** MICROFISICA DO PODER; organização e tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro: Edições graal, 4ª ed. 1984.
  
- . **GIUSEP, Staccone.** GRANSCI: BLOCO HISTORICO E HEGEMONIA, publicação do CPU - Centro de Pastoral Vergueiro, São Paulo, 1987.
  
- . **LOBO, Elisabeth Souza.** A CLASSE OPERARIA TEM DOIS SEXOS, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1991.
  
- . **MURARO, Rose Marie.** A MULHER NO TERCEIRO MILENIO, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1992.
  
- . **PERROT, Michelle.** OS EXCLUIDOS DA HISTORIA: OPERARIOS, MULHERES E PRISIONEIROS; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- . PINTO, Victor Carvalho. MOVIMENTOS DE MORADIA: JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA. EM TEMPO E PRESENÇA, publicação do CEDI, nº 267, ano 15, Rio de Janeiro, 1993, pag. 11-13.
  
- . RAMALHO, José Rododal e BRITO, Paulo Afonso B. De. TEIMOSIA POPULAR, série - Lutas do Povo Trabalhador, nº 3. CENTRAC.
  
- . SILVA, Ivanise Alves da. A CRISE DA MORADIA: A POLITICA HABITACIONAL PARA AS CLASSES DE BAIXA RENDA DE CAMPINA GRANDE-PB, Rio de Janeiro: Agir: João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.
  
- . SINGER, Paul. ECONOMIA POLITICA E URBANISMO, São Paulo, Brasiliense, 1979.

## B I B L I O G R A F I A   C O M P L E M E N T A R

- . BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. (coordenadoras) FEMINISMO COMO CRITICA DA MODERNIDADE, Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1987.
  
- . COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (organizadoras) UMA QUESTAO DE GENERO. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: S. Paulo; Fundação Carlos Chagas, 1992.
  
- . GOLDMAN, Emma. REVOLUCAO E DESENCANTO: DO PUBLICO AO PRIVADO. EM A MULHER E O ESPACO PUBLICO, Revista Brasileira de História - São Paulo, ANPUH / março zero, vol. 9, nº 18, agosto de 1989 / setembro de 1989.
  
- . MOISES, José Alvaro. DEMOCRATIZACAO E CULTURA POLITICA DE MASSAS NO BRASIL. EM LUA NOVA, Revista de Cultura e Política, CEDEC, 1992, nº 26.
  
- . PAOLI, Maria Célia. AS CIENCIAS SOCIAIS, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A QUESTAO DO GENERO, Novos Estudos CEBRAP, nº 31, outubro de 1991.
  
- . SCHERER, Ilse, WARREN e KRISCHKE, Paulo J. (organizadores). UMA REVOLUCAO NO COTIDIANO? OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMERICA LATINA, São Paulo, Brasiliense, 1987.

. SADER, Eder S. QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA: EXPERIÊNCIAS, FALAS E LUTAS DOS TRABALHADORES DA GRANDE SÃO PAULO (1970-1980), tese de doutoramento apresentada à FFLCH/USP. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.

. TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. A CEBs NO BRASIL: CIDADANIA EM PROCESSO, REB - Revista Eclesiástica Brasileira, Fasc. 211-set. 1993. Pag. 596-615.

*Silvia Corado do Amaral*  
SILVIA CORADO DO AMARAL